

PExt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.740 - SP (2017/0008321-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
REQUERENTE : JOAO MACIEL DE LIMA NETO
ADVOGADO : JOÃO MACIEL DE LIMA NETO E OUTRO(S) - SP193386
INTERES. : ERIKA CRISTINA GARDENGHI
INTERES. : ADALTO FERREIRA SOTA
INTERES. : KATIA ELISABETE PAULINO

DECISÃO

O advogado Dr. JOÃO MACIEL DE LIMA NETO, na petição de fls. 911-913, requer a concessão de *habeas corpus* de ofício em favor dos réus ÉRIKA CRISTINA GARDENGHI, ADALTO FERREIRA SOTA E KÁTIA ELISABETE PAULINO.

Alega que nos autos do HC 156.671/SP, foi concedida a ordem pelo Supremo Tribunal Federal reconhecendo a causa de diminuição do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em favor do corréu JESUS MESSIAS GARDENGHI.

Assevera que "*a situação dos oras requerentes é essencialmente idêntica à do corréu beneficiado pela concessão de referida ordem de habeas corpus*" (fl. 912).

De fato, se constatada a similitude fática e processual, devem ser estendidos ao corréu os efeitos decisão que beneficia um dos acusados, a teor do art. 580 do Código de Processo Penal.

Entretanto, no caso, tendo a decisão sido proferida pelo Supremo Tribunal Federal, não cabe a esta Corte a análise do pedido de extensão dos seus efeitos em favor dos recorrentes, ora interessados. A propósito:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, FURTO QUALIFICADO, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS E FALSIDADE IDEOLÓGICA. FALTA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RESGUARDO À ORDEM PÚBLICA. PEDIDO DE EXTENSÃO. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 580 DO CPP. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

[...]

6. Compete ao órgão jurisdicional que julgou a

impetração na origem a análise do pedido de extensão da ordem concedida aos corréus. Ademais, incabível o deferimento do pedido de extensão, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, se não há similitude de situações com relação aos corréus, para os quais as investigações não trouxeram indícios de participação nos crimes, como bem ressaltou o julgador ao manter a custódia provisória.

7. *Habeas corpus parcialmente conhecido e denegado* (HC 450.877/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe de 4/10/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido formulado pela defesa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator